



10.24065/re.v16i1.2999

ARTIGO

**IMPERIALISMO, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, CRISE
AMBIENTAL E EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: apontamentos sobre a
conjuntura contemporânea¹**

**IMPERIALISM, STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL, ENVIRONMENTAL
CRISIS, AND EMANCIPATORY EDUCATION: notes on the contemporary situation**

**IMPERIALISMO, CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL, CRISIS AMBIENTAL Y
EDUCACIÓN EMANCIPADORA: notas sobre la situación contemporânea**

José Claudinei Lombardi² <https://orcid.org/0000-0002-3552-941X>

²Professor titular aposentado da Faculdade de Educação da Unicamp; coordenador executivo do HISTEDBR; professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Pesquisador do CEACAM - Centro Avançado de Apoio Educativo à Agricultura Familiar, Sustentabilidade e Cultura Alimentar na Amazônia, da Ufopa. E-mail: jcl.zezo@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a conjuntura geopolítica contemporânea a partir de uma perspectiva histórico-crítica, articulando os conceitos de imperialismo, crise estrutural do capital e crise ambiental como determinações de uma mesma totalidade histórico-social. Com base nas contribuições de Marx, Lênin, Harvey e Mészáros, argumenta-se que o imperialismo permanece como forma necessária da reprodução do capital em seu estágio contemporâneo, operando por meio de mecanismos de força e de coerção bélica, econômica, política e ambiental. Sustenta-se que a atual configuração multipolar não supera a lógica imperialista, mas redistribui seus agentes, aprofundando processos de espoliação social, devastação ecológica e dependência estrutural. O artigo dialoga criticamente com a teoria marxista da dependência, analisando o papel da Venezuela como condensação das contradições imperialistas e o Brasil como formação dependente de caráter subimperialista, com implicações diretas para as políticas públicas, a educação e a produção do conhecimento crítico.

Palavras-chave: imperialismo; crise estrutural do capital; crise ambiental; marxismo; dependência.

¹ Texto elaborado com uso de aplicativos de IA (ChatGpt, Gemini e DeepSeek) para síntese, revisão e checagem das citações e referências.



ABSTRACT

This article analyzes the contemporary geopolitical conjuncture from a historical-critical perspective, articulating the concepts of imperialism, the structural crisis of capital, and the environmental crisis as determinations of the same historical-social totality. Based on the contributions of Marx, Lenin, Harvey, and Mészáros, it argues that imperialism remains a necessary form of capital reproduction in its contemporary stage, operating through mechanisms of force and military, economic, political, and environmental coercion. It is maintained that the current multipolar configuration does not overcome the imperialist logic, but rather redistributes its agents, deepening processes of social dispossession, ecological devastation, and structural dependence. The article engages critically with Marxist dependency theory, analyzing the role of Venezuela as a condensation of imperialist contradictions and Brazil as a dependent formation of a subimperialist character, with direct implications for public policies, education, and the production of critical knowledge.

Keywords: imperialism; structural crisis of capital; environmental crisis; Marxism; dependency.

RESUMEN

Este artículo analiza la coyuntura geopolítica contemporánea desde una perspectiva histórico-crítica, articulando los conceptos de imperialismo, crisis estructural del capital y crisis ambiental como determinaciones de una misma totalidad histórico-social. A partir de las contribuciones de Marx, Lenin, Harvey y Mészáros, se sostiene que el imperialismo permanece como una forma necesaria de la reproducción del capital en su etapa contemporánea, operando mediante mecanismos de fuerza y de coerción bélica, económica, política y ambiental. Se argumenta que la actual configuración multipolar no supera la lógica imperialista, sino que redistribuye a sus agentes, profundizando procesos de expropiación social, devastación ecológica y dependencia estructural. El artículo dialoga críticamente con la teoría marxista de la dependencia, analizando el papel de Venezuela como condensación de las contradicciones imperialistas y el de Brasil como una formación dependiente de carácter subimperialista, con implicaciones directas para las políticas públicas, la educación y la producción de conocimiento crítico.

Palabras clave: imperialismo; crisis estructural del capital; crisis ambiental; marxismo; dependencia.

INTRODUÇÃO

Vinha elaborando vagarosamente um artigo para entender, numa perspectiva crítica e totalizante, a conjuntura mundial quando ocorreu, de modo previsível, a invasão militar dos EUA na Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro, na madrugada de 03 de janeiro de 2026. Em primeiro lugar, não posso deixar de registrar minha profunda e irrestrita solidariedade ao povo venezuelano, com sua pátria invadida por forças militares estrangeiras e seu presidente e esposa sequestrados e levados para exposição pública, sob pouco convincente acusação de chefiar uma organização criminosa dedicada ao tráfico de drogas. Também não posso deixar de registrar o mais veemente repúdio à ação bélica dos Estados Unidos da América e ao governo de Donald Trump que se arvora como xerife do mundo e o continente americano como seu quintal.

Concordo com a análise de Pedro Paulo Zahluth Bastos (2026), em artigo publicado no dia seguinte dos acontecimentos, que a ação foi a implementação da estratégia anunciada por Donald Trump desde 2019, rejeitando a retórica liberal e defendendo abertamente o

controle de recursos estratégicos. Essa concepção foi formalizada na *Estratégia de Segurança Nacional* de 2025 e apelidada de "Doutrina Donroe"³, como uma versão coercitiva e transacional - isto é, imperialista - da Doutrina Monroe para o século XXI.

Do ponto de vista da criação de organismos internacionais e do estabelecimento de regulamentação jurídica, após a Segunda Guerra Mundial, a ação constitui violação flagrante do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. Não se trata apenas de desrespeito a princípios fundamentais do direito internacional, como a soberania nacional, a integridade territorial e a não intervenção em assuntos internos de outros Estados, mas da destruição prática, pelo imperialismo norte-americano, dos organismos e da regulação das relações entre os países resultantes dos acordos de paz de 1945.

O imperialismo constitui uma categoria central do marxismo para a compreensão da dinâmica histórica do capitalismo e de suas formas contemporâneas de dominação. Longe de se restringir a um tipo de política externa agressiva de determinados Estados-nação, o imperialismo é a expressão de uma necessidade estrutural da reprodução ampliada do capital, particularmente em contextos de aprofundamento de suas contradições internas.

A conjuntura atual, marcada pela crise estrutural do modo de produção capitalista, pela intensificação dos conflitos geopolíticos e pelo agravamento da crise ambiental, recoloca com força a necessidade de análises que articulem economia, política, luta de classes e destruição da natureza. No campo educacional e das ciências humanas, essa exigência é ainda mais premente, uma vez que a produção do conhecimento não está dissociada das determinações materiais e das disputas ideológicas que atravessam o capitalismo dependente.

O objetivo deste artigo é analisar o imperialismo contemporâneo como forma histórica da crise estrutural do capital, integrando as contribuições clássicas de Marx-Engels e Lênin às elaborações de David Harvey e István Mészáros. Busca-se demonstrar que a multipolaridade em curso não representa a superação do imperialismo, mas sua reconfiguração, ao mesmo tempo em que aprofunda processos de espoliação social e destruição ambiental. O caso da Venezuela e o papel do Brasil são mobilizados como mediações empíricas dessa totalidade histórica, permitindo explicitar os nexos entre imperialismo, dependência e educação crítica.

¹³ O termo Doutrina Donroe tem sido usado para descrever a reconfiguração da política externa dos Estados Unidos sob Donald Trump, na qual o controle direto ou indireto sobre petróleo, minérios e terras raras das Américas passa a ser o principal instrumento de poder geopolítico.

2 CAPITALISMO, TOTALIDADE HISTÓRICA E EXPANSÃO IMPERIAL

A compreensão da conjuntura contemporânea exige a apreensão do capitalismo como uma totalidade histórica em constante mutação, mas cujas leis de funcionamento e movimento foram desveladas na gênese da crítica da economia política. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2010) já apontavam que a expansão mundial não era um acessório, mas uma necessidade vital para a sobrevivência da burguesia. A pulsão por revolucionar incessantemente as forças produtivas impele o capital a ultrapassar as fronteiras nacionais:

A necessidade de um mercado cada vez mais expansivo para seus produtos impele a burguesia por todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (MARX; ENGELS, 2010, p. 41).

Essa "interdependência universal das nações", descrita em 1848, ganha contornos mais nítidos no Livro I d' *O Capital*, onde Marx demonstra que a lógica da acumulação caminhava, inevitavelmente, para a **concentração** e a **centralização** do capital. Enquanto a concentração refere-se ao crescimento do capital individual via reinvestimento da mais-valia, a centralização opera pela absorção de capitais menores pelos maiores, um processo onde "um capitalista sempre mata muitos outros" (MARX, 2013).

Foi nesse movimento que as **sociedades anônimas (S.A.)** e o sistema de crédito assumiram papel central, atuando para que essas formas de organização levassem à superação do capitalista individual em favor de uma gestão social do capital, sob o comando de poucos, permitindo que uma fração mínima de capital domine vastas massas de recursos alheios, acelerando a formação de **monopólios**.

Essa dinâmica de centralização-concentração leva dialeticamente à transformação da livre concorrência em seu oposto, sendo o surgimento de **trustes e cartéis** não um desvio, mas a conclusão lógica e histórica da lei da acumulação:

A centralização completa a obra da acumulação ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Seja o resultado o reflexo da fusão de muitos capitais em poucos, ou a predominância de um sobre os outros [...] o crédito torna-se uma arma terrível na luta da

concorrência, transformando-se enfim num imenso mecanismo social para a centralização dos capitais. (MARX, 2013, p. 896).

Dessa forma, o **capital financeiro** — que Lênin (2012), posteriormente, definiu como a fusão do capital bancário com o industrial — emergiu na análise de Marx como uma categoria que explicava as **contradições** entre a produção social e a apropriação privada. As **crises capitalistas** de superprodução tornaram-se, então, momentos de destruição violenta de capital para restaurar a rentabilidade, empurrando o sistema para a agressão imperialista.

Nesse estágio, a expansão para a periferia do sistema deixava de ser apenas busca por mercado consumidor (como no *Manifesto*) e passava a ser, fundamentalmente, busca por controle de fontes de matérias-primas, da produção e exportação de capitais excedentes. O imperialismo contemporâneo, portanto, é a consequência da crise estrutural, onde o capital, incapaz de resolver suas contradições internas, recorre à força, bélica e econômica, para garantir sua reprodução, transformando a crise ambiental e a superexploração do trabalho precarizado em pilares de sua sobrevivência.

3 LÊNIN E O IMPERIALISMO COMO FASE HISTÓRICA DO CAPITALISMO

Lênin sistematizou a análise marxista do imperialismo ao defini-lo não apenas como uma política externa agressiva, mas como uma fase histórica específica e necessária do modo de produção capitalista. Esta etapa é marcada pela transição da livre concorrência para o domínio dos monopólios. Para Lênin (2012), o imperialismo é o "capitalismo de transição ou, mais propriamente, o capitalismo agonizante", onde as contradições entre o caráter social da produção e a apropriação privada atingem seu paroxismo.

A síntese leninista repousa sobre cinco traços fundamentais que operam em unidade dialética: 1) a concentração da produção e dos capitais levada a um grau elevado de desenvolvimento, produzindo os monopólios; 2) o capital financeiro, resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação de uma oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais que, diferentemente da exportação de mercadorias, tomou uma importância particular; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Sobre a natureza econômica dessa transição, Lênin destaca:

O que é o essencial no imperialismo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência pelo monopólio. A livre concorrência é o traço fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é o contrário direto da livre concorrência, mas vimos esta transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande por outra ainda maior, e levando a concentração da produção e do capital até ao ponto de dela surgir e estar surgindo o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma dúzia de bancos que manipulam milhares de milhões. (LÊNIN, 2012, p. 119).

Essa mudança qualitativa alterou a dinâmica de expansão. Se no estágio anterior o capital buscava mercados para seus excedentes de mercadorias, no estágio imperialista a prioridade deslocou-se para a **exportação de capitais**, possibilitando que as potências centrais extraíam mais-valia diretamente das periferias, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado.

Lênin advertiu, contudo, que a formação dos monopólios e a partilha econômica do mundo pelos trustes internacionais não traziam estabilidade ou paz ao mundo. Pelo contrário, a busca por lucros extraordinários e o controle de matérias-primas estratégicas tornavam a coerção — política, jurídica e militar — um elemento constitutivo da acumulação:

O capital financeiro e os trustes não diminuem, antes aumentam, as diferenças no ritmo de crescimento dos diversos elementos da economia mundial. E uma vez que a correlação de forças mudou, que outra solução pode haver, sob o capitalismo, para resolver as contradições senão a força? [...] A partilha do mundo entre os trustes internacionais não elimina a luta, mas apenas muda suas formas, tornando-as mais encarniçadas. (LÊNIN, 2012, p. 123-124).

Embora as condições históricas tenham se transformado desde 1916, a essência da análise leninista permanece atual para compreender a "crise estrutural do capital" (MÉSZÁROS, 2011). No século XXI, a partilha territorial direta foi, em grande medida, ainda que não completamente, substituída por formas de dominação mais complexas e fluidas. O imperialismo contemporâneo opera através de um arsenal que inclui sanções econômicas devastadoras, bloqueios financeiros, o uso do dólar como arma de guerra e as chamadas "guerras híbridas", destinadas a promover colapsos institucionais em nações soberanas que desafiam a hegemonia das grandes potências e de seus braços financeiros.

Mas é preciso reconhecer que o imperialismo atual não é menos agressivo que no tempo de Lênin; ele apenas sofisticou seus mecanismos de expropriação, integrando a espoliação ambiental e a precarização radical do trabalho à sua dinâmica de sobrevivência em meio à crise permanente.

4 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

István Mészáros (2011) contribui decisivamente para a compreensão do imperialismo ao situá-lo no horizonte da crise estrutural do capital. Para o filósofo húngaro, o sistema do capital atingiu seus limites históricos de expansão absoluta, entrando em uma fase em que suas contradições internas não podem mais ser deslocadas ou resolvidas por mecanismos tradicionais de autorregulação. Diferentemente das crises cíclicas do passado, que ocorriam em intervalos regulares e funcionavam como um "mecanismo de limpeza" para novos saltos produtivos, a crise estrutural passou a ser universal, permanente e profunda.

Esta crise não afeta apenas um setor ou uma região geográfica, mas a totalidade das mediações políticas, econômicas e sociais que sustentam a reprodução do sistema. Como observa Mészáros:

A crise estrutural do capital é uma crise que afeta a totalidade de um complexo social, em todas as suas relações com outros complexos, bem como com as partes constituintes que o formam. [...] Em contraste, uma crise conjuntural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e por mais severa que possa ser no momento de sua eclosão, não pode pôr em perigo a sobrevivência da estrutura global. (MÉSZÁROS, 2011, p. 797).

Nesse contexto, o imperialismo deixa de ser uma opção política ou uma fase transitória e passa a operar como condição permanente de sobrevivência de um sistema em agonia. Como o capital não consegue mais garantir sua expansão através da produção de valores de uso necessários à vida, ele recorre de forma crescente à **produção destrutiva**, na qual a guerra, a indústria armamentista, a obsolescência programada e a exploração predatória do trabalho e da natureza tornam-se os novos pilares da acumulação.

Mészáros enfatiza que a incapacidade do capital em superar seus próprios limites, o empurra para uma agressividade sem precedentes, onde a coerção e o "estado de exceção" econômico se tornam a regra:

A gravidade da crise estrutural do nosso tempo se manifesta não apenas nas suas dimensões econômicas, mas também na perigosa ativação do potencial de destruição do capital em todas as esferas, desde a destruição militar direta até à devastação sistemática do meio ambiente. O capital não pode mais sobreviver sem recorrer a meios de destruição cada vez mais abrangentes e perigosos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 68).

Para o autor húngaro, o imperialismo contemporâneo é a face política da crise estrutural. Ele se manifesta na tentativa desesperada das potências centrais de controlar as escassas fontes de energia e recursos naturais, além de impor sanções e bloqueios que visam sufocar qualquer alternativa de soberania nacional. A "normalização" da guerra e da devastação ambiental, portanto, não são falhas do sistema, mas necessidades lógicas de um metabolismo social que, para continuar acumulando, precisa destruir as bases da vida humana e do planeta.

5 HARVEY E A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Também contribui para uma análise teórica mais profunda do imperialismo David Harvey que, retomando Marx e Lênin para explicar as formas contemporâneas do imperialismo, destaca o papel central da acumulação por espoliação. Para Harvey, quando o capital não encontra canais rentáveis de reinvestimento na produção de mercadorias, ele sobrevive através da predação, da fraude e da expropriação de bens que antes estavam fora da lógica de mercado.

A acumulação por espoliação não é um resquício do passado, mas um mecanismo central e permanente do "Novo Imperialismo" e se manifesta na privatização de serviços públicos (saúde, educação, previdência), na mercantilização da natureza e na transferência de ativos públicos para o setor privado. Como explica o autor:

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho) a um custo muito baixo (e em alguns casos zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. [...] No caso da acumulação por espoliação, as formas de predação, fraude e violência que Marx havia situado na fase "primitiva" do capitalismo tornam-se traços dominantes da atividade capitalista contemporânea. (HARVEY, 2004, p. 121).

Além da espoliação, Harvey introduz o conceito de "ajuste espacial" (spatial fix) para explicar como as potências centrais buscam soluções geográficas, deslocando capitais e infraestruturas para novas regiões ou intensificando a exploração em áreas periféricas. Isso explica a agressividade imperialista sobre o Sul Global: não se trata apenas de buscar mercados, mas de absorver o excedente de capital através da destruição e reconstrução de territórios.

Em outra obra, Harvey (2018) aprofundou essa análise ao listar as contradições fundamentais do sistema. Ele destaca que a necessidade de crescimento infinito em um

planeta com limites físicos gera uma tensão insuportável, empurrando o capital para formas cada vez mais violentas de apropriação:

O capital não resolve suas crises, ele apenas as move de um lugar para outro. [...] A acumulação por espoliação é a ferramenta necessária para manter o fluxo de acumulação quando os limites internos da produção de valor são atingidos. Isso resulta em um imperialismo que é, por definição, espoliador e despojado de qualquer compromisso com o desenvolvimento social das nações subordinadas. (HARVEY, 2018, p. 164).

A análise de Harvey, nesse sentido, complementa a de Mészáros: enquanto a crise estrutural sinaliza o limite absoluto do sistema, a acumulação por espoliação descreve o *modus operandi* violento dessa agonia. O imperialismo contemporâneo, portanto, atua como um aspirador global que suga a riqueza comum, privatiza a vida e acelera a destruição ambiental, transformando nações inteiras em "zonas de sacrifício" para sustentar a rentabilidade financeira das potências centrais.

A emergência de novos pólos de poder global, notadamente China e Rússia, tem sido interpretada por alguns setores como um sinal de enfraquecimento do imperialismo. No entanto, sob uma análise dialética, a multipolaridade não implica a superação da lógica imperialista, mas sim a sua intensificação em um contexto de crise estrutural. Como observa David Harvey (2018), a multiplicação dos centros de acumulação apenas redistribui os agentes da dominação, sem alterar a necessidade intrínseca do capital de se expandir por meio da espoliação:

A emergência de novos centros de acumulação de capital (como a China e as economias do Leste Asiático) não significa o fim do imperialismo, mas uma mudança em sua configuração geográfica. O capital continua a exigir o domínio sobre recursos, mercados e força de trabalho, e a multiplicidade de potências apenas torna a disputa por esse domínio mais complexa e potencialmente mais violenta. (HARVEY, 2018, p. 90).

Mészáros (2011), por sua vez, reforça que a pluralidade de potências não modifica o caráter destrutivo do metabolismo social do capital, mas pelo contrário, acelera a disputa entre grandes blocos econômicos em um planeta com limites físicos exauridos, acelerando igualmente a pilhagem ambiental e a coerção militar. China e Rússia, embora desafiem a hegemonia estadunidense, reproduzem traços clássicos do imperialismo: exportam vultosos volumes de capitais, buscam o controle de recursos energéticos e minerais estratégicos no Sul Global e estabelecem relações assimétricas que aprofundam a dependência de nações periféricas e dependentes.

Para o entendimento do lugar do Brasil nessa engrenagem, a **Teoria Marxista da Dependência** fornece o instrumental teórico necessário, demonstrando que a dependência não é um "atraso" a ser superado, mas uma condição estrutural. Ruy Mauro Marini explica que a economia dependente é parte integrante e necessária do capitalismo mundial:

A dependência constitui uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo quadro as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou reconstruídas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2000, p. 26).

É nesse quadro teórico que se insere o conceito de **subimperialismo**. O Brasil, sendo uma formação social dependente, tem atuado historicamente como uma potência regional que, ao mesmo tempo que se subordina ao imperialismo global, exerce uma política de expansão e controle sobre seus vizinhos. Segundo Virgínia Fontes (2010), o subimperialismo brasileiro não é um projeto autônomo, mas a expressão da integração ativa de uma burguesia dependente que se beneficia da expropriação interna e da projeção externa:

O subimperialismo expressa a existência de uma burguesia que, embora dependente e associada ao capital internacional, logrou um patamar de acumulação que a permite projetar-se regionalmente, extraindo valor de forma diferenciada e servindo como uma ponta de lança para a expansão capitalista em áreas de menor desenvolvimento relativo. (FONTES, 2010, p. 87).

No contexto da crise estrutural contemporânea, esse papel torna-se ainda mais instável e coercitivo, pois com a mencionada "Doutrina Donroe" e episódios como a recente invasão da Venezuela (em 03 de janeiro de 2026) demonstram que, sob pressão, o imperialismo despe-se de mediações diplomáticas. O Brasil, preso entre a subordinação aos centros tradicionais (EUA/Europa) e a crescente dependência comercial da China, vê-se impelido a intensificar a espoliação de seu próprio território e de seus vizinhos. O resultado é a normalização do uso da força e da destruição ambiental como ferramentas de gestão de uma economia dependente que já não consegue oferecer estabilidade social.

6 CRISE AMBIENTAL, IMPERIALISMO E LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL

A crise ambiental contemporânea não pode ser compreendida como um fenômeno externo, acidental ou meramente técnico do desenvolvimento capitalista. Desde a sua gênese, a crítica da economia política evidencia que a produção capitalista estabelece uma relação

predatória com a natureza. Marx (2013) demonstra que o capital, ao subordinar os ritmos biológicos e geológicos às exigências da acumulação acelerada, provoca uma **ruptura metabólica** (*Stoffwechsel*) entre a sociedade e o meio ambiente.

Essa ruptura ocorre porque o capital ignora os tempos de reposição da natureza, tratando-a como uma fonte inesgotável de recursos e um depósito infinito de dejetos. Ao analisar a agricultura industrial de sua época, Marx já antecipava essa contradição:

Todo progresso na agricultura capitalista não é apenas um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas, ao mesmo tempo, na arte de saquear o solo; cada progresso no aumento da fertilidade deste, por um período determinado, é simultaneamente um progresso na ruína das fontes duradouras dessa fertilidade. [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção ao mesmo tempo em que solapa as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2013, p. 573).

No estágio do imperialismo contemporâneo, essa ruptura assume dimensões globais e coercitivas. A dinâmica imperialista opera um deslocamento sistemático dos custos ambientais: enquanto o Norte Global consome a maior parte da energia e dos recursos, ele projeta para as formações dependentes do Sul Global o ônus da degradação. Esse processo converte vastas regiões da periferia em **zonas de sacrifício ecológico**, onde a soberania nacional é atropelada pela necessidade de exportação de *commodities* minerais e agroindustriais.

David Harvey (2004) integra nessa análise o conceito de **acumulação por espoliação**, demonstrando que a natureza tornou-se a nova fronteira para o capital sobreacumulado que não encontra rentabilidade na manufatura. A privatização da água, o patenteamento de sementes e a mercantilização da biodiversidade são formas contemporâneas dos cercamentos originários:

A mercantilização e privatização da terra, da água e da biodiversidade devem ser entendidas como parte do processo de acumulação por espoliação. Trata-se da conversão de diversas formas de direitos de propriedade comum — coletiva, estatal ou de povos originários — em direitos de propriedade privada exclusivos, permitindo que o capital penetre em domínios que antes lhe eram inacessíveis. (HARVEY, 2004, p. 137).

István Mészáros (2011) radicaliza essa análise ao situar a destruição ambiental no centro da **crise estrutural**. Para o autor, o capital é um sistema de controle sociometabólico fundamentalmente incontrolável. Como sua única lei é o crescimento autoexpansionista, ele é estruturalmente incapaz de reconhecer limites físicos ou biológicos, mesmo quando estes

ameaçam a base da existência humana. A produção capitalista transita de uma fase produtiva para uma fase crescentemente **destrutiva**:

O capital não pode se autoimpor limites, mesmo quando a continuidade da vida está em jogo. [...] A natureza destrutiva do metabolismo social do capital manifesta-se com maior intensidade na sua recusa em aceitar qualquer limite à sua expansão absoluta, o que nos coloca diante da alternativa histórica de 'socialismo ou barbárie', onde a barbárie hoje significa a possibilidade real de aniquilação ecológica da humanidade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

A defesa de uma suposta "economia verde" ou o "desenvolvimento sustentável", dentro dos marcos do capitalismo, são impossibilidades históricas e lógicas. O imperialismo, ao garantir pela força o acesso aos últimos refúgios de recursos naturais, apenas acelera o encontro do sistema com seus limites absolutos. A crise ambiental é, em última instância, a expressão biofísica da agonia de um sistema que, para não morrer, precisa destruir o mundo que o sustenta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A radicalidade metodológica e teórica do materialismo histórico-dialético nos leva a entender que a invasão da Venezuela pelo imperialismo americano é um ponto de condensação das determinações do centro imperialista hegemônico, em processo de decadência: dependência estrutural; controle estatal parcial de recursos estratégicos, sanções como forma de espoliação, devastação ambiental agravada pela coerção e, enfim, a intervenção bélica como forma de reorganizar sua área de domínio e controle geopolítico, buscando garantir a acumulação num momento de crise estrutural e de pressão provocada pelo crescimento econômico chinês e sua expansão mundial.

Diante da barbárie imperialista e da crise estrutural do capital, a educação não pode ser reduzida a um treinamento para o mercado de trabalho precarizado. A **Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)** propõe um projeto educativo que visa a superação da alienação através da apropriação dos conhecimentos universais. A crítica ao "Aprender a Aprender" e o papel do conhecimento, Newton Duarte (2001, 2016) traz uma contribuição fundamental, desvelando como as pedagogias contemporâneas — como o construtivismo e o multiculturalismo —, sob o lema do "aprender a aprender", esvaziam os conteúdos escolares. Para Duarte, essas pedagogias são o reflexo educacional do capital flexível, pois formam sujeitos adaptáveis à incerteza, mas incapazes de compreender a totalidade histórica. Em sua obra *Os conteúdos*

escolares e a ressurreição dos mortos, Duarte argumenta que a escola deve resgatar os clássicos:

O conhecimento humano é um patrimônio da humanidade que não deve ser negado à classe trabalhadora em nome de uma suposta 'valorização do seu saber cotidiano'. Pelo contrário, a educação escolar deve permitir a passagem do saber sincrético e fragmentado para um saber sintético e científico, que permita ao indivíduo elevar-se da individualidade em si para a **individualidade para si**, comprometida com o gênero humano. (DUARTE, 2016, p. 84).

Dermeval Saviani, em *Escola e Democracia* (2012), já havia reforçado o entendimento que a escola não é neutra e que, quando a burguesia retira o conteúdo científico da escola pública, ela desarma a classe trabalhadora. Da análise das teorias educacionais, Saviani defendeu a necessidade de uma Pedagogia Histórico-Crítica em que o domínio da ciência, da filosofia e das artes fosse uma arma política para a formação dos filhos da classe trabalhadora:

A democratização da sociedade passa pela democratização do saber. Se o saber é poder, a escola pública deve ser o local de transmissão do saber elaborado, de modo que os dominados possam transformar-se em sujeitos da sua própria história. (SAVIANI, 2012, p. 56).

Também Lombardi (2005), em *Educação e Ensino em Marx*, demonstra que o projeto educativo marxista não separa o trabalho manual do intelectual. Em tempos de crise ambiental e imperialismo, a educação deve ser **omnilateral**, ou seja, deve desenvolver todas as potencialidades humanas — físicas, intelectuais e estéticas — para que o ser humano recupere o controle sobre o seu próprio metabolismo com a natureza.

Em suma, a invasão da Venezuela e a espoliação imperialista descritas neste artigo exigem uma resposta educacional que não se curve ao pragmatismo neoliberal. A integração das análises de Marx, Lênin, Harvey e Mészáros com os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica revela que:

1. **O Imperialismo é a forma necessária** da reprodução do capital em sua crise estrutural, operando pela força e pela destruição ambiental.
2. **Uma Educação Emancipadora** deve atuar contra a corrente da fragmentação pós-moderna, defendendo a unidade entre teoria e prática.
3. **A PHC é uma pedagogia de luta de classes**, pois ao socializar o saber historicamente acumulado pela humanidade, permite que a classe trabalhadora identifique as contradições do capital e organize a transição para uma nova forma de sociabilidade.

4. Sendo a PHC uma alternativa educacional, educar para a emancipação significa educar para a superação do sistema do capital, antes que a sua lógica destrutiva atinja o ponto de não retorno ambiental e social.

Pós-escrito: A Encruzilhada da História e o Imperativo da Práxis

A ciência da história não é um exercício de vidência, nem se submete à passividade das leis naturais. Como nos ensina o materialismo histórico-dialético, a história é território de disputa e processo aberto, movido pela ação dos homens sob condições herdadas. Marx (2011, p. 25) é taxativo: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem”. Esta premissa não é um atestado de impotência, mas a base para o realismo revolucionário: se as circunstâncias nos determinam, a tarefa histórica é transformar radicalmente essas circunstâncias.

Entendendo que vivemos numa "era da destrutividade absoluta" e que a humanidade não se propõe problemas que não possa resolver (MARX, 2008), é preciso assumir o entendimento que as condições para o salto qualitativo para além do capital já amadureceram — ou apodreceram — no seio da crise estrutural. Nesse sentido, a invasão da Venezuela e o sequestro da soberania no Sul Global não são "desvios", mas sintomas de um sistema que, em sua decadência senil, só consegue sobreviver através da espoliação violenta e da ruptura definitiva do metabolismo com a natureza.

Os cenários que se delineiam no horizonte não admitem neutralidade. A persistência da lógica imperialista, sob o manto de uma falsa multipolaridade, conduz inevitavelmente à **barbárie generalizada** e ao colapso das bases biofísicas da vida. A encruzilhada atual é absoluta: ou o capital liquida a humanidade, ou a organização consciente da classe trabalhadora liquida o capital.

Neste cenário, a educação e a produção do conhecimento deixam de ser meros espaços de reflexão para se tornarem trincheiras de resistência. A Pedagogia Histórico-Crítica, ao socializar o saber acumulado e desvelar as entranhas da exploração, atua como mediadora necessária da consciência de classe para a transição. Não se trata apenas de "criticar" a realidade, mas de armar teoricamente os sujeitos para a sua superação radical.

Pensar o futuro, portanto, é um ato **revolucionário**. O amanhã não está escrito nas estrelas, mas na capacidade de converter as contradições do presente em força organizada. **O**

limite foi atingido: a alternativa histórica não é mais entre diferentes reformas do sistema, mas entre a **superação socialista ou o aniquilamento total**.

A história nos convoca; a omissão, agora, é cúmplice da catástrofe!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O retorno do imperialismo nu e cru: o sequestro de Maduro e a Doutrina Donroe. *A Terra É Redonda*, 4 jan. 2026.

DUARTE, Newton. Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2001.

DUARTE, Newton. Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à democratização do ensino. São Paulo: Cortez, 2016.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2018.

LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [1916].

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação humana. Campinas: Autores Associados, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e ensino em Marx. In: MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

Histórico Editorial

Submetido: 20 de outubro de 2025.

Publicado: 14 de janeiro de 2026.

Minicurrículo

José Claudinei Lombardi

Decano da Faculdade de Educação da UNICAMP. Professor Titular em História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Pesquisador do CEACAM - Centro Avançado de Apoio Educativo à Agricultura Familiar, Sustentabilidade e Cultura Alimentar na Amazônia, da Ufopa. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1976); Mestrado em Agronomia pela Universidade de São Paulo (1985); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Coordenador executivo do HISTEDBR.

Contribuição de autoria: Redação do manuscrito original.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9792876515583843>

COMO REFERENCIAR – ABNT

LOMBARDI, José Claudinei. Imperialismo, crise estrutural do capital, crise ambiental e educação emancipadora: apontamentos sobre a conjuntura contemporânea. **Revista Exitus**, Santarém/PA, e026010, V. 16, n.1., 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2999>

COMO REFERENCIAR - APA

LOMBARDI, J. C. (2026). Imperialismo, crise estrutural do capital, crise ambiental e educação emancipadora: apontamentos sobre a conjuntura contemporânea. *Revista Exitus*, 16, e026010. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2999>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.